



# ELO

Jornalista Responsável: Fernanda Esteves

JANEIRO/FEVEREIRO Nº 106

Associação dos Aposentados de FURNAS

Rua Real Grandeza, 219, anexo, sl. 202, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ - CEP 22281-035

## Dia do Aposentado

*APÓS-FURNAS homenageia os aposentados na arte e no esporte*

O Dia do Aposentado foi celebrado pela APÓS-FURNAS, em 27 de janeiro de 2005, numa emocionante comemoração. Foi no Auditório do Escritório Central de FURNAS que a Associação homenageou os colegas que se destacam na arte e no esporte. Durante o evento houve muitas surpresas como desfile de modas, peça teatral, apresentação da Escola de Samba São Clemente, entre outros atrativos.

Depois, o público presente participou de um coquetel oferecido pela APÓS-FURNAS com música ao vivo. Realmente foi uma festa.

Acompanhe outros detalhes nas páginas 4 e 5 deste Informativo.



### EDITORIAL

É hora da decisão sobre o futuro

Página 2

Plantões com as Técnicas em Previdência Social

Página 3

Aumento do Percentual de Pensão

Página 3

Se tivéssemos sido privatizados, será que a situação seria a mesma?

Páginas 6 e 7

Empossada Diretoria da CAEFE

Página 7

PPP'S-Polêmico Projeto

Página 8

## É hora de decisão sobre o futuro!

**E**m 15 de março de 2005, terça-feira, com início às 9:00 h, será realizada a Assembléia Geral Ordinária na qual haverá eleições para a nova Diretoria e Conselhos da nossa querida Entidade, para o biênio 2005/2007.

Duas chapas foram apresentadas, uma liderada pela associada Tania Vera e a outra pelo associado Adilson Chibante.

Diversos membros dos conselhos e da diretoria atual tentaram, sem êxito, a conciliação para a apresentação de uma única chapa, a fim de se evitar o que ocorreu em março de 2001, quando pela primeira vez na história da APÓS-FURNAS não houve consenso e duas chapas disputaram a direção da Entidade, saindo vitoriosa a chapa liderada por Sebastião Mattos.

Aquela eleição foi muito desgastante, com início às 9:30 h e término apenas às 18:00 h, tendo havido muita discórdia e ressentimentos que chegaram a gerar questionamentos judiciais, posteriormente superados.

Esperamos que esta nova disputa eleitoral não provoque novos ressentimentos e que todos possam respeitar o resultado e continuar a trabalhar para o fortalecimento da APÓS-FURNAS.

A Direção está trabalhando para que haja mais celeridade no processo eleitoral, contudo, algumas exigências estatutárias dificultam, e, contamos com a compreensão e colaboração dos associados para o êxito do importante evento.

Nessas eleições, por decisão do Conselho Deliberativo, estará em vigor o Estatuto anterior, tendo em vista que o Estatuto Adequado ao Novo Código Civil, recém distribuído, apresentava impropriedades e está sendo revisto.

Uma questão que consideramos importante é a renovação da Entidade mantendo, contudo, a solidez dos propósitos que vem sendo preservada nesses 20 anos de existência da APÓS-FURNAS.

Sempre houve na Direção da Entidade uma composição de antigos associados que já conheciam a história, juntamente com novos, que chegavam para dar sua contribuição.

Assim caminhou até hoje a administração da nossa Entidade, com êxito!

Olhando as chapas inscritas verificamos que aquela encabeçada pela associada Tania Vera, com larga experiência em cargos de gerência, e que possui dois anos e meio de associada, atualmente integrante do nosso Conselho Fiscal, e que conta com o apoio dos Conselheiros Natos Sebastião José de Mattos, Alzira Silva de Souza, Geovah Machado, Murillo Paes Leme e Antônio Luiz Carvalho é que melhor preenche os requisitos de Renovação com Segurança e Continuidade.

A chapa possui um equilíbrio entre duas forças de associados: antigos na direção da Entidade e os novos que poderão contribuir com novas idéias, assessorados pelos conhecimentos dos antigos que já contribuíram para o fortalecimento da APÓS-FURNAS.

Pelas razões expostas a chapa encabeçada pela associada Tania Vera tem o apoio da atual administração da APÓS-FURNAS.

A decisão é dos associados!



**ELO**

Órgão Informativo da Associação dos Aposentados de Furnas

Rua Real Grandeza, 219, anexo, sl. 202, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ - CEP 22281-035

Tel.: (21) 2528-4999 / 2528-5024 / 2528-4477 - Fax.: (21) 2286-8267

E-mail: aposfurnas@aposfurnas.org.br - http://www.aposfurnas.org.br

Distribuição gratuita

**Diretoria Executiva:**

**Presidente:** Sebastião José de Mattos - **Vice-Presidente:** Walter Almeida Brandão - **Diretora Social:** Alzira Silva e Souza

**Vice-diretora Social:** Cléa Maria Rito Cardoso **Diretor Administrativo:** Leontino José S. Júnior

**Vice-diretor Administrativo:** Hélcio Capucci Bastos - **Diretor Financeiro:** Sérgio Pires **Vice-diretor Financeiro:** Humberto F. Costa.

**Jornalista Responsável:** Fernanda Esteves - MtB - 21738 **Projeto Gráfico:** Flaviana Nespoli da Costa **Tiragem:** 4.000 exemplares

# Aumento do Percentual de Pensão

Conforme deliberado no II Encontro com Pensionistas, realizado no dia 25/11/04, encaminhamos Manifesto para Real Grandeza, onde abordamos diferentes problemas que afetam as (os) Pensionistas, dentre eles o aumento do percentual de benefício da pensão, o Plames e o Seguro de Vida.

Transcrevemos a seguir parte do Manifesto:

## PERCENTUAL 45%:

Aumento do percentual de 45%, correspondente ao benefício de pensão, visto que:

- Quando o benefício em questão foi implantado pela FRG, o percentual de contribuição à Fundação por parte dos participantes/assistidos era de 1,5% do salário/benefício, já há algum tempo, este percentual aumentou e está, em média, em 10%, o que permite, no nosso entender, um acréscimo considerável no benefício de pensão.



- As reservas correspondentes às Pensões representam menos de 5% das reservas matemáticas da FRG e, portanto, poderiam ser revistas sem maiores abalos para a Real Grandeza, especialmente confrontando com o que os aposentados contribuem, que é o mesmo percentual que os ativos.

- A Pensão paga pela Real Grandeza é a menor entre as grandes Fundações. Um exemplo disso é que o presidente da AAFBB, e também membro do Conselho Deliberativo da PREVI, dirigiu correspondência à PREVI, solicitando levantamento atuarial visando a

incluir a elevação do percentual das pensões, atualmente fixada em 60% da aposentadoria do titular. O estudo contemplaria as hipóteses de aumento para 80 ou para 100% (Jornal da AAFBB Ano 4 - nº 46 - Novembro/Dezembro 2004).

## Aproveite os plantões com as técnicas em Previdência Social e esclareça suas dúvidas



A APÓS-FURNAS mantém um plantão quinzenal com as técnicas em Previdência Social, Cristina Laranjeiras e Simone Oliveira. Todos os associados poderão agendar sua consulta na Associação e serem atendidos, individualmente, pelas profissionais, que estudarão cada caso, orientando os sócios quanto as dúvidas e medidas a serem tomadas.

Cabe lembrar que a APÓS-FURNAS já vem trabalhando para que os associados tenham orientação precisa nas matérias que envolvem Previdência Social. A contratação destas técnicas em assuntos previdenciários para disponibilização do serviço de consultoria e orientação visa esclarecer e orientar os associados sem custos adicionais e com segurança.

Nossas técnicas têm enfatizado nos plantões, além do atendimento de rotina, orientações para os associados que tenham benefícios concedidos entre **17 de junho de 1977 a 05 de outubro de 1988** para que possam pleitear, junto ao Juizado Especial, a correção da variação da ORTN/OTN.

A dívida pode implicar em reajustes de até 52,7% no valor mensal.

Por isso não perca mais tempo. Agende já o seu horário e apresente a carta de concessão de seu benefício para análise. Estamos esperando a sua visita.

# Festa do dia d



*O Associado Mário Coutinho, foi homenageado pela arte da dança*

dia 27 de janeiro de 2005 foi uma data de comemoração para os associados da APÓS-FURNAS. Eles desfrutaram de uma tarde de muita alegria no Auditório do Escritório Central, onde foi realizado um evento para comemorar o Dia dos Aposentados.

Neste ano, o tema foi "Aposentado na Arte e no Esporte", homenageando todos os colegas que se destacaram e ainda se destacam nestas modalidades.

Após a execução do Hino Nacional, houve, como de costume uma prece, feita pelo associado Paulo Carneiro, também homenageado.

Já que um dos temas escolhidos foi a arte, a grande surpresa do dia foi quando as luzes se apagaram e apenas um foco iluminava o palco. Foi neste espaço que o nosso Presidente, Sebastião José de Mattos, cantou e interpretou a música "Emoções", de Roberto Carlos. Muito aplaudido pela criatividade, ele fez um breve discurso aos presentes. Lembrou que o ano de 2005 começou muito tenso para os aposentados, já que o presidente Lula assinou a MP 333, extinguindo a Secretaria de Previdência Complementar e exigindo que as Fundações paguem taxa de fiscalização, o que caberá a FRG arcar com cerca de R\$400.000,00 anualmente. Estes e outros assuntos foram enfatizados pelo presidente, fazendo uma retrospectiva dos últimos fatos que nos afetaram.

Na ocasião, os empregados da Associação receberam um certificado, entregue pela Diretora Social, Alzira Silva de Souza, pela conclusão do I Módulo do Projeto de Treinamento para Funcionários. Seguindo as "emoções" do Presidente, a Diretora também cantou um trecho da música "Carinhoso", de Pixinguinha.



*Eliane, assistente social da FRG, uma profissional muito querida dos aposentados.*

Outras homenagens foram prestadas aos parceiros da APÓS-FURNAS, como às técnicas em Previdência Social, Cristina Laranjeiras e Simone Oliveira, à ASASTEL, à Fundação Real Grandeza e aos Representantes Regionais, representados pelo associado José Damião Escaléia, de Ribeirão Preto.

A diversão continuou com a encenação de peça teatral, feita pelo associado Arlindo Cabral de Araújo, homenageado pelo trabalho que faz na área das artes cênicas.

Nossos artesãos foram lembrados e representados pelos associados José Carlos, Roberto Camacho e Arlete Simões, sempre presentes no Bazar de Natal e outras atividades artísticas.

*Arlete Simões, arte*

*Paulo Teixeira Bastos, no esporte*



*Homenagem a José Damião Scaléia, como forma da nossa gratidão aos representantes regionais. Ele pertence à área de Ribeirão Preto.*



# Os Aposentados



*Maria Zenaide, destaque no esporte como nadadora.*

Na música, os homenageados foram os colegas Eduardo e Maria da Penha, que cantaram para o público presente.

No esporte, três modalidades foram citadas: yoga, futebol e natação. Elizabeth Mota, professora de yoga e Maria Irene, aluna do curso, Paulo Bastos e Maria Zenaide, foram homenageados pelo destaque que têm na prática dos respectivos esportes.

Quanto à arte, outra surpresa. A tarde revelou verdadeiras manequins, num desfile organizado pela estilista Joana. As associadas Terezinha Bezerra, Cléa Maria Rito Cardoso, Maria da Penha Duarte e Idalziria Gomes, que participaram da mostra foram homenageadas.

E na dança, os colegas Mário Coutinho, integrante do grupo "Os Mais da Gafeira", também recebeu nossa homenagem, juntamente com a Sra. Angela Maria.

Para encerrar o evento no Auditório, a Escola de Samba São Clemente, que neste ano levou para a avenida o enredo "Velho é a Vovózinha: A São Clemente Enrugadinha e Gostosinha", fez uma maravilhosa e animada exibição com membros da bateria da escola, o intérprete do samba de 2005 e algumas passistas.

Depois os presentes participaram de um delicioso coquetel ao som do Sax de Marcelo Moreno.



*Angela Maria, pela dança*



*Homenagem da AF para Fundação Real Grandeza, ao Dr. José Dias, Diretor da Real Grandeza. Na ocasião, representado pela Sr. Rildo Batista*

*APÓS-FURNAS homenageia sua co-irmã, ASASTEL, pela parceria*



*Maria da Penha e Eduardo, homenageados pela arte de cantar*



*Homenagem ao artesão Roberto Camacho*



*Técnicas em Previdência Social, Simone Oliveira e Cristina Laranjeiras*

# Se tivéssemos sido privatizados, será que a situação seria a mesma?

## **Falência dos fundos fechados de previdência complementar: REFER comunica aos aposentados do Metrô/RJ que irá suspender os pagamentos**

Em continuidade ao saco de maldades preparado contra os trabalhadores do Brasil, a Fundação Rede Ferroviária Federal expediu, em 03 de novembro, comunicado aos empregados do Metrô/RJ anunciando que iria suspender, em fevereiro de 2005, os benefícios por ela devidos aos metroviários. Utiliza para isto os argumentos tão ao gosto do empresariado e dos financistas que comandam os negócios da República: não há mais dinheiro para financiar as aposentadorias, o fundo atuarial não suporta esses gastos em decorrência da inadimplência do Metrô-RJ frente aos compromissos assumidos.

Trata-se, na verdade, de uma falência que decorre dos descaminhos da previdência social e das privatizações irresponsáveis que constituem o núcleo das políticas neoliberais impostas aos países periféricos. Tudo começou com a privatização do Metrô do Rio de Janeiro, em 1997, na gestão de Marcelo Alencar. Naquela ocasião foi outorgada a concessão para exploração dos serviços públicos de transporte metroviário de passageiros no Rio de Janeiro a uma empresa ad hoc, uma espécie de SPE 9 sociedade de propósito específico), denominada Opportrans Concessão Metroviária S. A.

O Metrô do Rio de Janeiro foi vendido ao grupo de Daniel Dantas e a uma sociedade argentina

Mas quem era a Opportrans? Uma empresa do grupo de Daniel Dantas (vinculada ao fundo Opportunity e ao Citibank, entre outros interesses financistas), controlada por duas empresas - Sorocaba Empreendimentos e Participações, representada no ato de concessão pela irmã de Dantas, Sra. Verônica Valente Dantas Rodenburg, e por uma sociedade argentina (pasmem, sociedade argentina!), representada naquele ato por um empresário argentino domiciliado em Buenos Aires. Tratava-se da Argentina do Tempo de Menem ... Um grupo que até chegou a convidar integrantes do Metrô do Rio de Janeiro para uma viagem à Argentina onde conheceriam as últimas realizações do neoliberalismo e da dilapidação do patrimônio público.

Com uma rede de 22 kms (cujo custo de construção era superior a R\$ 100 milhões por km de rede), material rodante, oficinas e um gigantesco patrimônio imobiliário, o Metrô do Rio de Janeiro foi repassado à Opportrans como um empreendimento altamente lucrativo. O preço da concessão foi fixado em R\$291 milhões, dos quais

apenas 30% eram exigidos no ato da concessão. O Metrô do Rio de Janeiro foi repassado ao grupo do Opportunity por menos de R\$ 100 milhões!

Para as demais parcelas não havia prazo fixado, pois o contrato estipulou que o restante seria pago em parcelas mensais, sendo a primeira devida no primeiro dia útil do mês subsequente à data de conclusão do programa de investimentos (responsabilidade do Governo do Estado) e a última - pasmem! - **no primeiro dia do último mês de vigência da concessão!!!** Portanto, um prazo de 20 anos, a cujas vantagens pode ter sido acrescida a "gentileza" de taxas generosas de juros não estipuladas no contrato.

### **- Bons negócios requerem o massacre dos trabalhadores**

Assim que soube da privatização do Metrô/RJ, a REFER iniciou o processo de castração dos direitos dos trabalhadores metroviários. Começou impondo, de forma compulsória, uma modificação ao plano inicial de aposentadoria, que foi uma das últimas conquistas trabalhistas no Rio de Janeiro, pois havia sido feito na segunda gestão de Leonel Brizola. Outras exigências foram se sucedendo ao longo dos últimos 6 anos, bem como a procura de um bode expiatório que seria exposto à fúria popular. Como virou praxe no Rio de Janeiro, o bode expiatório escolhido foi a Governadora do Estado, Rosinha Garotinho.

Assim, nos últimos meses, procurando omitir-se, a REFER vem procurando jogar a responsabilidade pela falência do plano, que ela própria estruturou, nas costas do Governo Estadual. A REFER procede como se ignorasse o Artigo 20 do Regulamento Específico que gere seu contrato com os metroviários. Este artigo diz:

**Artigo 20** - Nos casos de rescisão prevista no artigo 18 (cancelamento da inscrição do patrocinador na REFER e descumprimento, por parte do patrocinador, de qualquer das cláusulas do Convênio) a REFER ficará obrigada a:

1 - manter, na forma prevista no Regulamento Específico Metrô/RJ, os compromissos assumidos em relação aos beneficiários em gozo da pensão supletiva, aos contribuintes em gozo de suplementação de aposentadoria e auxílio doença e a seus dependentes no tocante a pensões;

2 - pagar diretamente aos contribuintes ativos um pecúlio denominado "reserva de poupança"...

Ignorando estes compromissos assumidos, a REFER procura agora uma RUP-TURA DE CONTRATO, eximindo-se da responsabilidade para com trabalhadores que dependem da aposentadoria complementar para sobreviver em tempos difíceis, considerando-se o desemprego atual e a idade em que se encontram, pouco propícia a encontrar trabalho nos mercados coordenados pelo neoliberalismo. Os funcionários do Metrô/RJ encontram ainda uma outra dificuldade nos mercados de trabalho: seus conhecimentos são específicos, especializados na operação metroviária, repassada em monopólio aos grupos citados.

### **- O Ministério da Previdência Social é conivente. Ou patrocinador?**

Contrariamente ao que apregoa a REFER, esta operação de usurpação de direitos adquiridos, parece estar sendo patrocinada pelo próprio Ministério da Previdência Social, pois o comunicado enviado aos trabalhadores metroviários (após o período eleitoral) esclarece que "...de acordo com orientação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), a REFER ... informa ... (estar) o Plano de benefícios Metrô/RJ, **desprovido das reservas técnicas indispensáveis ao pagamento dos efetivos benefícios.**

Em ofício encaminhado ao Secretário de Finanças do Rio de Janeiro em 16 de dezembro último, o Diretor-Presidente da REFER esclarece ainda que "... em contatos mantidos com aquela SPC, fomos orientados no sentido de...

Curiosamente, tudo isto acontece ao apagar das luzes da SPC que está sendo extinta e sucedida pela PREVIC, uma nova autarquia que, sob a forma de Superintendência, irá fiscalizar os planos fechados de previdência complementar. Assim, mais tarde, nos recursos à Justiça, os verdadeiros responsáveis pela RUPTURA DOS CONTRATOS COM OS TRABALHADORES METROVIÁRIOS não mais existirão. Dirão apenas que se tratou de uma decisão de órgão extinto - a SPC! Esta é também a praxe das autoridades neoliberais - sumir após os estragos e a liquidação de direitos trabalhistas.

Curiosamente, tudo isto acontece ainda após a aprovação de uma lei de falência

que privilegia os credores bancários em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

É hora de luta, é hora de resistência. A tragédia, a catástrofe que se abate hoje contra os metroviários não vai parar aí. Será uma ameaça constante enegrecendo o futuro de todos os trabalhadores das ex-estatais.

**Maldades contra os trabalhadores, benesses para o capital.** Vejamos alguns benefícios cedidos pelo Governo aos empresários e a conglomerados transacionais:

- renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, correspondente a isenções sobre máquinas/equipamentos e a isenções de PIS e de COFINS, entre outros benefícios; fazem parte da Medida Provisória nº 219 de dezembro de 2004 (jornal Valor de 10 a 12 de dezembro último);
- renúncia fiscal por benefícios embu-

tidos na Lei de Informática, prorrogada por 15 anos por meio de Medida Provisória; destaca-se a redução de pagamento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) até 95%;

- isenção de Imposto de Renda incidente sobre aplicações financeiras (passagem, sobre aplicações financeiras!) de entidades imunes (partidos políticos, fundações, instituições de educação e de assistência social, entre outras);
- isenção de Imposto de Renda incidente sobre recursos gastos por exportadores para a promoção de seus produtos no exterior (passagem! Mais uma vez);
- enfim, e para encerrar, sabe-se que os **estados e municípios do Brasil estão sendo obrigados a abrir mão de R\$ 18 bilhões de ICMS** que seriam devidos por exportadores se estes não tivessem sido beneficiados pela Lei

Kandir/1996 e pela Emenda Constitucional nº 42, de dezembro de 2003, na gestão do Partido dos Trabalhadores.

É hora de denunciar esse tipo de injustiça social. Injustiça que poderá reconduzir o Brasil à situação de País subdesenvolvido e recolonizado, administrado por oligarquias que se movem apenas em função de interesses alienígenas configurados na ambição de lucros espoliativos. Os trabalhadores, verdadeiros construtores da riqueza do nosso Brasil e do patrimônio coletivo amealhado até os anos 1980, não podem ser despojados dos seus direitos por burocratas desprovidos de sensibilidade social e da consciência de sua responsabilidade para conosco, os trabalhadores do Brasil.

*Ceci Vieira Juruá (janeiro de 2005)  
Metroviária, economista e pesquisadora,  
Conselheira do Corecon-RJ.*

## Empossada diretoria da CAEFE



A posse da diretoria da CAEFE aconteceu no dia 16 de fevereiro, no auditório principal do Escritório Central de FURNAS. A chapa apoiada pela APÓS-FURNAS, denominada "Fortalecendo a CAEFE" foi eleita com maioria dos votos, tendo como representantes os aposentados:

**Sebastião José de Mattos** - Diretor-Executivo

**Nelson Bonifácio Pereira** - Conselho Fiscal - **Victal Quintino Lopes** - Suplente

**Hedy Gonçalves de Lima da Silva** - Conselho Deliberativo

**Jayme Henrique Mello e Souza** - Conselho Deliberativo - Suplente

**Vera Lúcia Maciel Monteiro** - Conselho Deliberativo

**Willy Correa Ramos** - Conselho Deliberativo - Suplente

## Nota de falecimento



Comunicamos o falecimento da nossa colega de trabalho Simone Gonçalves de Freitas Costa Masta, ocorrido no dia 23 de janeiro de 2005.

Toda a Diretoria, Conselhos e Equipe de Funcionários da APÓS-FURNAS sentem-se profundamente triste com o ocorrido. Aos familiares e demais colegas, nossos sentimentos de pesar.



## APÓS-FURNAS participa do Bloco Carnavalesco Campeão da Vida

Pelo segundo ano consecutivo a Prefeitura do Rio de Janeiro convidou a APÓS-FURNAS para participar do Bloco Carnavalesco Campeão da Vida. Neste ano as camisetas do bloco vinham ilustradas com um desenho de um casal da terceira idade em plena folia com o seguinte título: "Da natalidade a Terceira Idade: Que Felicidade!"

# O POLÊMICO PROJETO DAS PPP'S

A Parceria Público Privada - PPP - é uma modalidade de engenharia financeira que permite substituir o investimento direto do Estado, e está sendo considerada como essencial para atender a carência de investimentos em infra-estrutura, principalmente de grande escala do País.

Ao longo da tramitação do Projeto das PPPs, foram feitas críticas contundentes pelos parlamentares e por insuportos jornalistas, economistas, juristas e pessoas estu-

das do assunto, contrárias a adoção dessas parcerias.

Em 23/12/2004, o Presidente Lula considerou a aprovação uma vitória: **"Podemos passar o Natal e o Ano Novo com a consciência do dever cumprido"**.

Especialistas se pronunciaram a respeito de que os efeitos práticos das PPP's na economia serão vistos pelos brasileiros apenas a partir de 2006. O assunto não está esgotado face à complexidade das PPP's, e surgirão outras polêmicas.

## Resumo da Lei

O parceiro público garante ao privado uma margem mínima de lucro no empreendimento desde que o parceiro privado cumpra as exigências acertadas no contrato.

Os contratos terão prazo mínimo de 5 até 35 anos, e o valor mínimo dos projetos será de R\$ 20 milhões. Está fixado um limite mínimo de 30% de participação do capital privado nos projetos.

O Tesouro Nacional, terá que dar parecer prévio aos projetos, assegurando que os gastos anuais da União com as PPP's não ultrapassem 1% da receita com impostos da União. A valores da receita atual, é como se o Governo pudesse gastar no máximo R\$ 4 bilhões por ano. Há uma outra pérola, **o Governo, também, pode servir de avalista de empréstimos contrai-**

**dos por parceiros privados para a realização da obra.**

Quanto à garantia, será criado um fundo garantidor de natureza privada e patrimônio próprio. A participação da União, Autarquias e de Fundações está limitada a R\$ 6 bilhões. Os estados e municípios terão que criar seus próprios fundos garantidores.

Foi estabelecida a **opção da arbitragem** para solução de conflitos. Por esse mecanismo, partes privadas em desacordo podem resolver disputas sem recorrer à Justiça, indicando especialistas para servirem de "juizes".

Estão preservados no projeto os dispositivos da Lei de Concessões (8987/95) e da Lei de Licitações (8666/93). Segundo especialistas esse dispositivo dá mais garantia aos investidores.

Antes da celebração dos contratos será criada uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), encarregada de implantar o projeto e gerir o contrato das PPP's. A Administração Pública não poderá ter a maioria do capital votante das SPEs.

O projeto prevê a criação de um **Conselho Gestor** formado pelos **Ministros da Casa Civil, do Planejamento e da Fazenda**, com participação, também, de órgãos setoriais envolvidos nos projetos.

## Os Desafios Pendentes

Os marcos regulatórios ainda não estão concluídos e nem adequados. O primeiro passo foi dado, o texto da lei melhorou, mas depende agora de uma regulamentação à altura.

Do lado privado, a expectativa é que os maiores investidores sejam os Fundos de Pensão. Essas entidades de previdência complementar, no entanto, já avisaram que a aplicação na modalidade de PPP's dependerá de uma análise rigorosa. Os projetos terão que ser estudados um a um, verificando as possíveis perdas de rentabilidade e as reais garantias para projetos tão complexos e de tão longo prazo (5 a 35 anos) para retorno.

De nossa parte, entendemos que os Fundos de Pensão, precisam agir com cautela, os investimentos em infra-estrutura de escala, tem seu *'calcanhar de Aquiles'* no prazo muito longo e avaliação de risco complicada, além disso, não há qualquer experiência em **Sociedade de Propósito Específico (SPE)**. Desnecessário enfatizar que os recursos dos participantes dos Fundos de Pensão devem ser investidos com segurança, remuneração adequada, retorno e liquidez. A finalidade dos Fundos de Pensão **é com os seus participantes e assistidos, não com as obras públicas, que é obrigação do Governo.**

Da mesma forma, há grandes desafios, como os ciclos da Economia Brasileira; mudanças de políticas públicas; fal-

ta de jurisprudência em institutos do Novo Código Civil, que possam ajudar a PPP, como no caso do direito de superfície.

A PPP exige um longo período de negociações e de maturação de acordos, que tanto será sentido no setor privado como nos diferentes setores públicos. As definições contratuais serão difíceis, complexas e demoradas. E os fluxos de caixa complementar do Governo poderão trazer problemas de difícil solução. Obras de grande vulto tendem a sofrer paralisações pelas mais diversas razões e os prazos podem ser dilatados como normalmente acontecem.

A UNIDAS, finalmente, **alerta para novos desdobramentos de implantação das PPP's, questiona entre outras razões:** como irão migrar os recursos dos fundos de pensão, investidos em Renda Fixa, com retorno e liquidez para negócios tão complexos? Se os Fundos de Pensão têm mais de 60% de seus recursos investidos, expressos em Títulos do Tesouro Nacional, o que constitui financiamento da dívida do Governo, e como não há "varinha mágica" nem dinheiro novo os recursos vão diminuir, como é que vai ficar?

**Alzira Silva de Souza**  
Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2005.

**OBS.:** Este artigo foi publicado, também, no jornal Terceiro Tempo, pela UNIDAS, na edição de 1º a 15/fev/2005